

STJ00097654

CARLOS ALBERTO PEREIRA DE CASTRO  
JOÃO BATISTA LAZZARI

# MANUAL DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

**16ª edição**

Revista, atualizada e ampliada  
Conforme a legislação em vigor até janeiro/2014



Rio de Janeiro

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.  
Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2014 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Danilo Oliveira

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C35m

Castro, Carlos Alberto Pereira de

Manual de direito previdenciário / Carlos Alberto Pereira de Castro, João Batista Lazzari. – 16.ed.  
– Rio de Janeiro : Forense, 2014.

ISBN: 978-85-309-5468-0

1. Previdência social – Legislação – Brasil. I. Lazzari, João Batista. II. Título.

12-7696.

CDU: 349.3(81)

884535



# SUMÁRIO

<b>ABREVIATURAS .....</b>	<b>XXXV</b>
---------------------------	-------------

## **PARTE I**

### **INTRODUÇÃO AO DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

<b>Capítulo 1 – O Estado e a proteção social ao trabalhador.....</b>	<b>3</b>
1.1 Prólogo .....	3
1.2 O surgimento da noção de proteção social.....	5
1.3 A mútua assistência e a caridade.....	5
1.4 A assistência social estatal.....	6
1.5 A formação do conceito de bem-estar social .....	7
1.6 Evolução da previdência social – Do modelo de Bismarck ao modelo de Beveridge.....	12
<b>Capítulo 2 – Fundamentos da previdência social .....</b>	<b>19</b>
2.1 A intervenção do Estado e a dignidade da pessoa humana ...	19
2.2 A solidariedade social .....	21
2.3 A compulsoriedade da filiação.....	22
2.4 A proteção aos previdentes .....	23
2.5 A redistribuição de renda.....	24
2.6 O risco social.....	26
2.7 Da previdência à segurança social.....	27
<b>Capítulo 3 – Modelos de previdência social .....</b>	<b>29</b>
3.1 Sistemas contributivos e não contributivos .....	30
3.2 Sistemas contributivos de repartição e capitalização .....	31

3.3	Sistemas privados de previdência .....	32
3.4	O sistema de pilares .....	33
<b>Capítulo 4 – A evolução da proteção social no Brasil .....</b>		<b>37</b>
4.1	Primeiras regras de proteção .....	38
4.2	A Lei Eloy Chaves .....	39
4.3	Os institutos de classe .....	41
4.4	Da criação do INPS à Constituição de 1988 .....	43
4.5	A Constituição de 1988 e a Seguridade Social .....	45
4.6	A criação do INSS e as primeiras reformas .....	47
4.7	A Emenda Constitucional n. 20, de 1998 .....	49
4.8	O fator previdenciário e o novo período básico de cálculo .....	52
4.9	As Emendas Constitucionais ns. 41 e 42, de 2003 .....	53
4.10	A Emenda Constitucional n. 47, de 2005 .....	54
<b>Capítulo 5 – O Direito Previdenciário .....</b>		<b>55</b>
5.1	Conceito e objeto de estudo .....	55
5.2	Autonomia científica .....	57
5.3	Classificação perante a divisão didático-enciclopédica do Direito .....	58
5.4	Relação do Direito Previdenciário com outros ramos do Direito .....	60
5.5	Fontes do Direito Previdenciário .....	62
<b>Capítulo 6 – Aplicação das normas de Direito Previdenciário .....</b>		<b>69</b>
6.1	Antinomias e critérios de solução .....	70
6.2	Lacunas do ordenamento e sua solução .....	71
6.3	Interpretação das normas .....	73
6.4	Vigência e eficácia das normas no tempo .....	74
6.5	Vigência e eficácia das normas no espaço .....	75
6.6	Acordos Internacionais de Previdência Social firmados pelo Brasil .....	76
<b>Capítulo 7 – Princípios do Direito Previdenciário .....</b>		<b>85</b>
7.1	Princípios gerais de Direito Previdenciário .....	86
7.2	Princípios constitucionais da Seguridade Social .....	88
7.3	Princípios específicos de custeio .....	91
7.4	Princípios específicos de Previdência Social .....	95

<b>Capítulo 8 – Regimes previdenciários .....</b>	<b>101</b>
8.1 O Regime Geral de Previdência Social – RGPS.....	101
8.2 Regimes de previdência de agentes públicos ocupantes de cargos efetivos e vitalícios .....	102
8.3 Regime Previdenciário Complementar .....	104
8.4 Regime dos Militares das Forças Armadas.....	109

## PARTE II

### A SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

<b>Capítulo 9 – A organização da Seguridade Social .....</b>	<b>113</b>
9.1 Sistema Nacional de Seguridade Social.....	113
9.2 Ministérios da área da Seguridade Social.....	114
9.3 Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.....	115
9.4 Gestão descentralizada.....	116
9.5 Conselho Nacional da Seguridade Social – CNSS.....	117
9.6 Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS.....	117
9.7 Conselhos de Previdência Social – CPS.....	119
9.8 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.....	121
9.9 Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.....	123
9.10 Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS .....	124
9.11 Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.....	126
<b>Capítulo 10 – Relação jurídica de custeio .....</b>	<b>129</b>
10.1 Definição da relação obrigacional.....	129
10.2 Autonomia da relação de custeio .....	130
10.3 Identidade com a relação obrigacional tributária.....	131
<b>Capítulo 11 – Contribuintes da Seguridade Social .....</b>	<b>133</b>
11.1 Segurados da Previdência Social .....	134
11.2 Empresa e entidades equiparadas .....	135
11.3 Matrícula da empresa, do produtor rural pessoa física e do segurado especial.....	136
11.4 Empregador doméstico.....	138
11.5 Apostadores de concursos de prognósticos.....	139
<b>Capítulo 12 – Relação jurídica de seguro social.....</b>	<b>141</b>
12.1 Definição da relação de seguro social .....	141

12.2 Vinculação da relação previdenciária com a filiação .....	143
12.3 Natureza jurídica da relação de seguro social.....	145
<b>Capítulo 13 – Segurados do Regime Geral de Previdência Social.....</b>	<b>149</b>
13.1 Segurados – Definição .....	149
13.2 Segurados obrigatórios.....	149
13.2.1 Empregado urbano e rural .....	151
13.2.2 Empregado doméstico .....	163
13.2.3 Contribuinte individual.....	165
13.2.4 Trabalhador avulso.....	169
13.2.5 Segurado especial.....	170
13.3 Segurado facultativo .....	177
13.4 A menoridade e a filiação como segurado.....	179
13.5 Aposentado que retorna à atividade.....	182
<b>Capítulo 14 – Filiação dos segurados.....</b>	<b>183</b>
<b>Capítulo 15 – Manutenção e perda da qualidade de segurado .....</b>	<b>189</b>
<b>Capítulo 16 – Dependentes.....</b>	<b>195</b>
<b>Capítulo 17 – Inscrição dos segurados e dependentes .....</b>	<b>207</b>
17.1 Inscrição dos segurados .....	208
17.1.1 Inscrição de segurado <i>post mortem</i> .....	212
17.2 Inscrição de dependentes.....	214

### PARTE III

#### CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL

<b>Capítulo 18 – Sistema de financiamento da Seguridade Social.....</b>	<b>219</b>
18.1 Sistema contributivo .....	222
18.2 Participação da União.....	223
18.3 Contribuições sociais.....	225
18.3.1 Conceituação .....	225
18.3.2 Natureza jurídica .....	227
18.3.3 Características gerais .....	228
18.4 Outras receitas da Seguridade Social .....	230
<b>Capítulo 19 – Contribuições ao Sistema .....</b>	<b>233</b>
19.1 Salário de contribuição .....	233

19.2 Salário-base .....	236
19.3 Contribuição do segurado empregado, doméstico e trabalhador avulso.....	237
19.4 Contribuição do segurado contribuinte individual e facultativo.....	244
19.5 Contribuições das empresas.....	250
19.5.1 Contribuição sobre a folha de pagamento .....	250
19.5.2 Contribuição sobre a remuneração paga aos segurados contribuintes individuais e trabalhadores avulsos .....	254
19.5.3 Contribuição em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho – GILRAT.....	259
19.5.3.1 Fator Acidentário de Prevenção – FAP.....	263
19.5.3.2 Contribuição para o financiamento da aposentadoria especial.....	270
19.5.4 Contribuição sobre a receita e o faturamento.....	271
19.5.5 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS .....	272
19.5.6 PIS/PASEP.....	280
19.5.7 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.....	283
19.5.8 Contribuições das microempresas e empresas de pequeno porte – o SIMPLES NACIONAL.....	285
19.6 Contribuições do importador de bens e serviços do exterior ...	291
19.7 Contribuições decorrentes do trabalho prestado em obras de construção civil.....	293
19.7.1 Conceito de obra de construção civil.....	294
19.7.2 Obrigações previdenciárias do sujeito passivo na obra de construção civil .....	295
19.7.3 Aferição indireta das contribuições .....	300
19.7.4 Apuração de salário de contribuição contido em nota fiscal de serviço/fatura.....	301
19.7.5 Apuração de salário de contribuição com base na área construída e no padrão da obra.....	301
19.7.6 Retenção na construção civil.....	302
19.8 Contribuição dos clubes de futebol profissional.....	302
19.9 Contribuição do empregador doméstico.....	304
19.10 Contribuição do produtor rural pessoa física e do segurado especial .....	306
19.11 Contribuição do empregador rural pessoa jurídica.....	311

19.12 Contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos.....	313
19.13 Contribuições destinadas a terceiros .....	314
<b>Capítulo 20 – Isenção das contribuições para a Seguridade Social...</b>	<b>317</b>
20.1 Requisitos para a isenção .....	319
20.2 Requerimento e deferimento da isenção .....	322
20.3 Alcance da isenção .....	323
20.4 Revisão da isenção.....	323
<b>Capítulo 21 – Remissão e anistia .....</b>	<b>325</b>
<b>Capítulo 22 – Regras gerais de arrecadação e fiscalização.....</b>	<b>329</b>
22.1 Competência dos órgãos de arrecadação e fiscalização .....	329
22.2 Arrecadação e recolhimento das contribuições .....	330
22.3 Obrigações acessórias.....	337
22.4 Prerrogativas da fiscalização .....	345
22.5 Inadimplemento e acréscimos moratórios .....	348
22.6 Restituição de contribuições, compensação e reembolso de benefícios.....	354
22.6.1 Restituição de contribuições e compensação .....	354
22.6.2 Reembolso de benefícios .....	359
22.7 Parcelamento de débitos .....	361
<b>Capítulo 23 – Responsabilidade solidária e por substituição tributária.....</b>	<b>369</b>
23.1 Construção civil .....	371
23.2 Grupo econômico.....	373
23.3 Responsabilidade dos sócios e titulares.....	374
23.4 Tomador de serviços.....	375
23.5 Administradores públicos.....	378
23.6 Operador portuário e órgão gestor de mão de obra .....	378
<b>Capítulo 24 – Decadência e prescrição das contribuições à Seguridade Social.....</b>	<b>379</b>
24.1 O conflito de normas: Lei de Custeio e CTN.....	380
24.2 A decadência na exigibilidade de contribuições.....	382
24.3 A prescrição do direito de cobrança dos créditos.....	385
24.4 Prescrição na restituição e compensação de contribuições.....	388
24.5 Prazo para pleitear a desconstituição de exigência fiscal .....	389



<b>Capítulo 25 – Prova de regularidade fiscal .....</b>	<b>391</b>
<b>Capítulo 26 – Processo administrativo fiscal.....</b>	<b>399</b>
26.1 Constituição do crédito da Seguridade Social.....	399
26.1.1 Notificação de Lançamento – NL .....	405
26.1.2 Auto de Infração – Al.....	406
26.2 Tramitação e julgamento .....	408
26.3 Depósito recursal – Exigibilidade .....	410
<b>Capítulo 27 – Dívida ativa: inscrição e execução judicial.....</b>	<b>413</b>
<b>Capítulo 28 – Execução de contribuições à Seguridade Social na     Justiça do Trabalho.....</b>	<b>431</b>
28.1 Aplicação da norma em função do tempo.....	449
28.2 Conflitos de competência .....	449
28.3 Condição da União na lide trabalhista.....	450
28.4 Legislação aplicável .....	452
28.5 Créditos executáveis.....	453
28.6 As prerrogativas da União .....	457
28.7 Apuração do valor devido .....	459
28.8 O procedimento da execução.....	461
28.9 A Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.....	468
<b>Capítulo 29 – Dos crimes contra a Previdência Social .....</b>	<b>471</b>
29.1 O regime da Lei n. 9.983/2000.....	471
29.2 Apropriação indébita previdenciária .....	472
29.2.1 Inocorrência da <i>abolitio criminis</i> da conduta prevista no art. 95, <i>d</i> , da Lei n. 8.212/91 .....	478
29.2.2 Constitucionalidade .....	479
29.2.3 Tipo objetivo.....	481
29.2.4 Tipo subjetivo.....	481
29.2.5 Consumação e tentativa .....	482
29.2.6 Sujeito ativo .....	483
29.2.7 Sujeito passivo .....	484
29.2.8 Crime continuado.....	485
29.2.9 Ação penal.....	485
29.2.10 Extinção da punibilidade .....	487
29.2.11 Perdão judicial .....	489
29.2.12 Dificuldades financeiras .....	491

29.2.13 Princípio da insignificância.....	492
29.2.14 Prisão por dívida.....	494
29.3 Inserção de dados falsos em sistema de informações.....	495
29.4 Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações .....	495
29.5 Sonegação de contribuição previdenciária .....	496
29.6 Divulgação de informações sigilosas ou reservadas.....	498
29.7 Falsidade documental.....	499
29.8 Falsificação de documento público.....	499
29.9 Violação de sigilo funcional.....	499
29.10 Equiparação a funcionário público.....	500
29.11 Estelionato previdenciário.....	500

## PARTE IV

### PRESTAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

<b>Capítulo 30 – Introdução.....</b>	<b>505</b>
<b>Capítulo 31 – Concessão da prestação previdenciária.....</b>	<b>509</b>
31.1 Suspensão do benefício.....	513
31.2 Cancelamento do benefício.....	515
31.3 Processo administrativo previdenciário.....	517
<b>Capítulo 32 – Períodos de carência.....</b>	<b>525</b>
<b>Capítulo 33 – Cálculo do valor do benefício.....</b>	<b>537</b>
33.1 Salário de benefício e período básico de cálculo.....	538
33.1.1 Atividades concomitantes.....	544
33.1.2 Majorações decorrentes de sentença trabalhista.....	549
33.1.3 Fórmula de cálculo do salário de benefício.....	550
33.2 Fator previdenciário.....	551
33.3 Regras de transição para aplicação do fator previdenciário....	556
33.4 Afastamento da incidência do fator previdenciário na parcela referente ao tempo de serviço especial.....	557
33.5 Renda mensal inicial.....	558
33.6 Valor-limite dos benefícios.....	563
<b>Capítulo 34 – Reajustamento e revisão do valor dos benefícios.....</b>	<b>565</b>
34.1 Aplicação da variação da ORTN/OTN na atualização dos salários de contribuição dos benefícios concedidos antes da CF de 1988.....	568

34.1.1	Impossibilidade de obtenção dos processos concessórios.....	569
34.1.2	Interrupção da prescrição em face da propositura de ação civil pública .....	570
34.2	Aplicação da Súmula n. 260 do ex-TFR na transformação de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez.....	571
34.3	Aplicação do IRSM de fevereiro de 1994.....	573
34.4	Aplicação do novo teto dos benefícios fixados pelas Emendas Constitucionais ns. 20/98 e 41/2003.....	574
34.5	Primeiro reajuste após a concessão do benefício.....	576
34.6	Apuração da RMI do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez: art. 29, II da Lei n. 8.213/91 .....	577
34.7	Revisão com base na concessão do benefício mais vantajoso, ainda que anterior à DER.....	580
34.8	Inclusão do décimo terceiro como salário de contribuição para cálculo do salário de benefício .....	583
34.9	Ampliação do período básico de cálculo do salário de benefício .....	584
34.10	Inclusão do adicional de 25% ao aposentado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa.....	586
34.11	Utilização do tempo especial convertido para comum no coeficiente de cálculo da aposentadoria por idade.....	589
34.12	Salário de benefício pela média dos 36 últimos salários de contribuição e não incidência do fator previdenciário nas aposentadorias por tempo de contribuição concedidas com base nas regras de transição da ec n. 20/98.....	589
34.13	Teses superadas.....	593
34.13.1	Reajustes pelo salário mínimo de referência .....	593
34.13.2	Atualização monetária dos doze últimos salários de contribuição para os benefícios concedidos anteriormente à Constituição de 1988.....	594
34.13.3	Súmula n. 260 do extinto TFR para benefícios que não o auxílio-doença.....	594
34.13.4	Autoaplicabilidade do art. 202, <i>caput</i> , da Constituição de 1988 – Diferenças decorrentes do reajustamento dos benefícios concedidos entre 5.10.88 e 5.4.91 (art. 144, parágrafo único, da Lei n. 8.213/91) .....	595
34.13.5	Aplicação do art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.....	596

34.13.6	Manutenção do valor real dos benefícios/Equivalência do valor dos benefícios em número de salários mínimos.....	598
34.13.7	Valor mínimo dos benefícios.....	598
34.13.8	Gratificação natalina de 1988/1989.....	599
34.13.9	URP de fevereiro de 1989.....	599
34.13.10	Salário mínimo de junho de 1989.....	599
34.13.11	Expurgos inflacionários.....	600
34.13.12	Reajuste de setembro de 1991 – Abono da Lei n. 8.178/91.....	600
34.13.13	Reajustes quadrimestrais – IRSM – Leis ns. 8.542/92 e 8.700/93.....	601
34.13.14	Conversão dos benefícios para URV – Lei n. 8.880/94....	602
34.13.15	Reajustamento dos benefícios pelos índices integrais do IGP-DI nos meses de junho de 1997, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003.....	602
34.13.16	Revisão da renda mensal da pensão por morte....	603
34.13.17	Demais revisões decorrentes da Lei n. 9.032/95....	604
34.13.18	Salário de benefício de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença – Art. 29, § 5º, da Lei n. 8.213/91.....	605
<b>Capítulo 35</b>	<b>– Pagamento dos benefícios.....</b>	<b>607</b>
35.1	Pagamento feito a terceiros.....	611
35.2	Intangibilidade do valor do benefício.....	612
35.3	Acumulação de benefícios.....	615
<b>Capítulo 36</b>	<b>– Acidente do trabalho e doenças ocupacionais.....</b>	<b>619</b>
36.1	Evolução histórica da proteção acidentária.....	620
36.2	Conceito de acidente do trabalho.....	622
36.3	Doenças ocupacionais.....	627
36.4	Nexo causal e concausalidade.....	628
36.5	Aspectos da proteção previdenciária à vítima de acidente....	636
36.6	A Comunicação do Acidente de Trabalho – CAT.....	637
36.7	Responsabilidade civil da empresa e do empregador doméstico por acidente do trabalho.....	640
36.7.1	Com fundamento na responsabilidade subjetiva do empregador.....	641
36.7.2	Com fundamento na responsabilidade objetiva do empregador.....	641

36.7.3 A teoria do risco social – Cobertura pela Previdência Social .....	642
36.7.4 Responsabilidade penal .....	642
36.7.5 Sanções administrativas .....	642
36.8 Direito à indenização por acidente de trabalho .....	643
36.9 Ação regressiva previdenciária.....	661
36.10 Estabilidade do empregado acidentado .....	664
<b>Capítulo 37 – Benefícios em espécie.....</b>	<b>669</b>
37.1 Aposentadoria no RGPS.....	669
37.1.1 Direito à desaposentação.....	671
37.1.1.1 Despensão.....	678
37.1.2 Reaposentação com base em novo implemento de requisitos .....	680
37.1.3 Aposentadoria e vínculo de emprego.....	682
37.2 Aposentadoria por idade .....	688
37.2.1 Aposentadoria por idade do trabalhador rural .....	691
37.2.2 Aposentadoria por idade “mista” ou “híbrida” da Lei n. 11.718/2008.....	698
37.3 Aposentadoria por tempo de serviço.....	705
37.4 Aposentadoria por tempo de contribuição .....	707
37.4.1 Aposentadoria do professor.....	712
37.4.1.1 A aposentadoria do professor e a aplicação do fator previdenciário.....	715
37.4.2 Aplicação dos novos critérios para aposentadoria .....	717
37.5 Aposentadoria especial.....	719
37.5.1 Conversão do tempo de serviço/contribuição.....	738
37.5.2 Conversão do tempo especial de professor em tempo comum .....	743
37.5.3 Aposentadoria especial aos segurados portadores de deficiência .....	746
37.6 Aposentadoria por invalidez.....	751
37.6.1 Da possibilidade de transformação da aposentadoria por invalidez em aposentadoria por idade .....	763
37.7 Auxílio-doença .....	766
37.8 Auxílio-acidente.....	797
37.9 Pensão por morte.....	807
37.10 Auxílio-reclusão .....	823
37.11 Salário-maternidade .....	831

37.12 Salário-família.....	843
37.13 Abono anual.....	848
37.14 Benefício de Prestação Continuada ao Idoso e ao Deficiente – LOAS.....	849
<b>Capítulo 38 – Benefícios extintos .....</b>	<b>861</b>
38.1 Renda mensal vitalícia.....	861
38.2 Auxílio-natalidade.....	862
38.3 Auxílio-funeral.....	863
38.4 Pecúlio.....	863
38.5 Abono de permanência em serviço.....	864
38.6 Aposentadorias diferenciadas.....	864
<b>Capítulo 39 – Serviços.....</b>	<b>867</b>
39.1 Serviço social.....	867
39.2 Habilitação e reabilitação profissional.....	868
<b>Capítulo 40 – Tempo de contribuição para fins previdenciários.....</b>	<b>873</b>
40.1 Prova do tempo de contribuição .....	878
40.2 Reconhecimento do tempo de filiação.....	882
40.3 Atividade rurícola e o regime de economia familiar.....	883
40.4 Aluno-aprendiz .....	890
40.5 Efeitos das decisões trabalhistas frente ao INSS.....	892
40.6 Contagem recíproca do tempo de contribuição .....	898
40.7 Justificação administrativa.....	902
40.8 Cabimento da ação declaratória para reconhecimento de tempo de contribuição .....	905
<b>Capítulo 41 – Prescrição e decadência em matéria de benefícios ...</b>	<b>907</b>
41.1 Prescrição do direito a prestações .....	907
41.2 Decadência do direito à revisão do cálculo de benefício pre- videnciário .....	910
41.3 Aplicação do prazo de decadência nas ações para reconhe- cimento de tempo de serviço/contribuição .....	913
41.4 Prazo para revisão de benefício antecedente em caso de pensão por morte .....	918
41.5 Da possibilidade de interrupção do prazo decadencial para revisão do ato de concessão nos casos de requerimento ad- ministrativo.....	919

41.6 Hipóteses de aplicação do prazo de decadência na via administrativa .....	921
41.7 Prazo decadencial para o inss rever seus atos .....	922
41.8 Conclusões sobre os institutos da prescrição e da decadência ...	925
<b>Capítulo 42 – Ações previdenciárias .....</b>	<b>927</b>
42.1 Competência para as ações previdenciárias .....	928
42.1.1 Prestações comuns previdenciárias.....	929
42.1.2 Competência Federal delegada .....	929
42.1.3 Prestações acidentárias.....	931
42.1.4 Causas referentes ao benefício assistencial.....	932
42.1.5 Ações envolvendo benefícios de entidades fechadas de previdência complementar .....	934
42.2 Prévio ingresso na via administrativa .....	935
42.3 Juizados Especiais Cíveis na Justiça Federal .....	939
42.3.1 Competência dos JEFs .....	942
42.3.2 Valor da causa.....	943
42.3.3 Renúncia .....	945
42.3.4 Legitimidade .....	946
42.3.5 Sentença líquida.....	947
42.3.6 Recursos.....	947
42.3.6.1 Recurso de medida cautelar ou antecipação de tutela .....	949
42.3.6.2 Recurso da sentença (recurso inominado) .....	949
42.3.6.3 Incidente regional de uniformização de jurisprudência .....	952
42.3.6.4 Incidente nacional de uniformização de jurisprudência .....	954
42.3.6.5 Incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.....	958
42.3.7 Cumprimento da sentença .....	963
42.3.8 Aplicação da lei dos JEFs em caso de delegação de competência.....	964
42.3.9 Nulidades.....	966
42.3.10 Custas e honorários advocatícios .....	966
42.4 Pagamentos devidos pelo INSS.....	969
42.4.1 Evolução legislativa .....	969
42.4.2 Requisição de Pequeno Valor (RPV) .....	971
42.4.3 Pagamento por precatório.....	972
42.4.4 Complemento positivo .....	973

42.5 Idosos e portadores de doença grave .....	973
42.6 Coisa julgada previdenciária .....	974
42.7 Execução do julgado.....	978

## PARTE V

### REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

<b>Capítulo 43 – Introdução .....</b>	<b>983</b>
<b>Capítulo 44 – Histórico .....</b>	<b>991</b>
<b>Capítulo 45 – Aspectos gerais dos Regimes Próprios .....</b>	<b>995</b>
<b>Capítulo 46 – Principais pontos das Reformas Constitucionais .....</b>	<b>1007</b>
<b>Capítulo 47 – Custeio dos Regimes Próprios.....</b>	<b>1017</b>
<b>Capítulo 48 – Regras de Aposentadoria dos Regimes Próprios .....</b>	<b>1025</b>
48.1 Aposentadoria por invalidez permanente .....	1034
48.2 Aposentadoria compulsória por idade.....	1042
48.3 Aposentadoria voluntária.....	1046
48.3.1 Aposentadoria por idade.....	1052
48.3.2 Aposentadoria por tempo de contribuição.....	1052
48.3.3 Regras de transição para a aposentadoria voluntária.....	1055
48.4 Aposentadorias especiais .....	1063
48.5 Tempo de contribuição no serviço público .....	1069
48.5.1 Contagem recíproca de tempo de contribuição.....	1072
48.5.2 Contagens fictícias .....	1076
<b>Capítulo 49 – Pensão por morte nos regimes próprios .....</b>	<b>1077</b>
<b>Capítulo 50 – Reajustamento do valor dos benefícios .....</b>	<b>1085</b>
<b>Capítulo 51 – Direito adquirido nos regimes próprios.....</b>	<b>1091</b>
<b>Capítulo 52 – Previdência complementar para servidores públicos....</b>	<b>1095</b>

## PARTE VI

### TENDÊNCIAS DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

<b>Capítulo 53 – A Globalização e o Estado contemporâneo.....</b>	<b>1107</b>
<b>Capítulo 54 – As mudanças no direito comparado.....</b>	<b>1119</b>



<b>Capítulo 55 – As razões da crise brasileira.....</b>	<b>1129</b>
<b>Capítulo 56 – Perspectivas da seguridade social brasileira – A experiência do Fórum Nacional da Previdência Social .....</b>	<b>1139</b>
56.1 Aprimoramento do atendimento ao público .....	1161
56.2 Maior comunicação da previdência com os segurados do INSS, informando dados de interesse destes.....	1162
56.3 Censo previdenciário ou pesquisa de amostragem .....	1163
56.4 Combate à informalidade e inclusão previdenciária.....	1163
56.5 Pleito aos Ministérios da Educação e da Cultura, de inclusão, no Ensino Fundamental/Médio, de conteúdos de discussão e informação sobre a Seguridade Social.....	1164
56.6 Criação de formas de maior controle de atividades profissionais, com a exigência de comprovação de regularidade de contribuições à Seguridade Social.....	1164
56.7 Campanha maciça para a conscientização da sociedade, no sentido de que a previdência social é um bem necessário ....	1165
56.8 Modernização da gestão da informação.....	1165
56.9 Comunicabilidade entre todos os cadastros de programas sociais e bancos de dados públicos.....	1165
56.10 Incremento da atuação na cobrança da dívida previdenciária e imprescritibilidade da cobrança de contribuições em casos de sonegação fiscal e apropriação indébita.....	1166
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>1177</b>

## ANEXOS

<b>1. Súmulas e Enunciados de interesse em matéria previdenciária ....</b>	<b>1189</b>
Súmulas do Supremo Tribunal Federal .....	1193
Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal .....	1195
Súmulas do Tribunal Federal de Recursos (extinto pela Constituição Federal de 1988) .....	1196
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.....	1198
Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho.....	1202
Orientações Jurisprudenciais da SBDI-1 DO TST.....	1206

Orientações Jurisprudenciais da SBDI-1 do TST (Transitórias) .....	1209
Orientações Jurisprudenciais da SBDI-2 do TST .....	1211
Orientações Jurisprudenciais da Seção de Dissídios Coletivos (SDC) do TST .....	1211
Precedentes Normativos do TST .....	1211
Súmulas do Tribunal Regional Federal da 1. <sup>a</sup> Região .....	1212
Súmulas do Tribunal Regional Federal da 2. <sup>a</sup> Região .....	1213
Súmulas do Tribunal Regional Federal da 3. <sup>a</sup> Região .....	1214
Súmulas do Tribunal Regional Federal da 4. <sup>a</sup> Região .....	1216
Súmulas do Tribunal Regional Federal da 5. <sup>a</sup> Região .....	1218
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 1. <sup>a</sup> Região .....	1219
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 3. <sup>a</sup> Região .....	1219
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 4. <sup>a</sup> Região .....	1220
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 5. <sup>a</sup> Região .....	1221
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 6. <sup>a</sup> Região .....	1221
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 8. <sup>a</sup> Região .....	1222
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 9. <sup>a</sup> Região .....	1222
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 11. <sup>a</sup> Região .....	1223
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 12. <sup>a</sup> Região .....	1223
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 13. <sup>a</sup> Região .....	1224
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 14. <sup>a</sup> Região .....	1225
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 15. <sup>a</sup> Região .....	1225
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 17. <sup>a</sup> Região .....	1225
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 18. <sup>a</sup> Região .....	1226
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 20. <sup>a</sup> Região .....	1226
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 22. <sup>a</sup> Região .....	1227
Súmulas da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais .....	1227
Questões de Ordem da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais .....	1232
Súmulas da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da 2. <sup>a</sup> Região .....	1235
Súmulas da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da 4. <sup>a</sup> Região .....	1235
Súmulas da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federal da Seção Judiciária do Estado do Acre – AC – 1. <sup>a</sup> TR .....	1236

Súmulas da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais das Seções Judiciárias dos Estados de Amazonas e Roraima – AM-RR – 1.ª TR.....	1236
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado da Bahia .....	1237
Súmulas da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal.....	1237
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo.....	1239
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Maranhão.....	1242
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso do Sul.....	1242
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais – Enunciados Unificados.....	1243
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Piauí.....	1245
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro.....	1246
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte .....	1251
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.....	1252
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Rondônia.....	1253
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina.....	1253
Súmulas das Turmas Recursais Reunidas dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina.....	1254
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de São Paulo.....	1255
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe .....	1258
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Tocantins .....	1258
Enunciados aprovados pelo Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais – FONAJEF.....	1259
Enunciados da I Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho .....	1267

Enunciados da Advocacia Geral da União.....	1269
Enunciados do Conselho de Recursos da Previdência Social .....	1271
<b>2. Informações complementares sobre contribuições e benefícios previdenciários.....</b>	<b>1275</b>
Códigos de interpretação dos benefícios concedidos pelo INSS .....	1277
Quadros-Resumo dos Benefícios do RGPS .....	1279
Quadros-Resumo dos Benefícios do RPPS.....	1305
A – Aposentadoria Voluntária .....	1305
B – Aposentadoria Compulsória.....	1311
C – Aposentadoria por Invalidez .....	1312
D – Pensão por Morte.....	1313
E – Previdência Complementar dos Servidores Públicos .....	1314
Tabelas de contribuições mensais.....	1315
Contribuições de segurados empregados, inclusive domésticos e trabalhadores avulsos .....	1315
Contribuições dos segurados contribuintes individuais e facultativos .....	1317
Tabela de Incidência .....	1320
Contribuição sobre a produção rural a partir de 1.º.11.1991.....	1327
Contribuições Devidas pela Agroindústria, Produtores Rurais (pessoa jurídica e física), Consórcio de Produtores, Garimpeiros, Empresas de Captura de Pescado .....	1329
Tabela de alíquotas por códigos FPAS .....	1333
Benefícios .....	1335
Tabela de carência – Art. 142 da Lei n.º 8.213/1991 .....	1337
Tabela de Conversão do Tempo Trabalhado em Atividade Especial....	1338
Tabela de enquadramento do período trabalhado em Atividade Especial .....	1339
Tabela de reajustes de benefícios .....	1340
Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 03 de dezembro de 2007 até 30 de novembro de 2008.....	1341
Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2008 até 30 de novembro 2009 .....	1341
Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2009 até 30 de novembro de 2010.....	1342
Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2010 até 30 de novembro de 2011.....	1342

Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2011 até 30 de novembro de 2012.....	1343
Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2012 até 30 de novembro de 2011.....	1343
Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2013.....	1343
Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 02 de dezembro de 2013.....	1344
Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1º de dezembro de 2013.....	1344
Fator Previdenciário 2010 (Tabela IBGE 2008) .....	1348
Fator Previdenciário 2011 (Tabela IBGE 2009) .....	1349
Fator Previdenciário 2012 (Tabela IBGE 2010) .....	1350
Fator Previdenciário 2013 (Tabela IBGE 2011) .....	1351
Fator previdenciário 2014 (Tabela IBGE 2012) .....	1353
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....</b>	<b>1355</b>